

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.818 - SP (2019/0220924-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : LUCIA HELENA DOS SANTOS SANT ANNA CAJUELLA
ADVOGADO : MIGUEL RICARDO GATTI CALMON NOGUEIRA DA GAMA E OUTRO(S) - SP068383
AGRAVADO : CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA
ADVOGADOS : ALFREDO ZUCCA NETO E OUTRO(S) - SP154694
MAURÍCIO DE ÁVILA MARÍNGOLO - SP184169
AGRAVADO : FUNDAÇÃO CESP
ADVOGADO : LAMIS BATISTA DIAS E OUTRO(S) - SP348618

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por LUCIA HELENA DOS SANTOS SANT'ANNA CAJUELLA contra a decisão da Presidência do Superior Tribunal de Justiça que não conheceu do agravo em virtude da ausência de impugnação do fundamento da decisão que inadmitiu o recurso especial (fls. 688-689, e-STJ).

Em suas razões, a agravante sustenta que, "(...) *Ao contrário do quanto decidido, a autora interpôs Agravo, no qual requereu que caso não fosse reconsiderada a decisão agravada, fosse recebido e processado o agravo, seguido de sua submissão ao E. órgão colegiado competente, impugnando especificamente o referido fundamento*" (fl. 693, e-STJ).

Ao final, requer a reconsideração da decisão agravada ou a submissão do feito ao colegiado.

Impugnação às fls. 703-708 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Assiste razão à agravante.

Exercendo o juízo de retratação facultado pelo art. 259, § 6º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, reconsidero a decisão agravada e passo ao exame do agravo em recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

"PREVIDÊNCIA PRIVADA - AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO CPC/73 Patrocinador Ilegitimidade passiva Prescrição que não atinge o fundo de direito, alcançando o período anterior a cinco anos da propositura da

Superior Tribunal de Justiça

ação - Diferenças de complementação da aposentadoria decorrentes do reconhecimento dos acréscimos de valores a título de horas extras e reflexos, concedidos no âmbito da Justiça trabalhista - Revisão da base de cálculo condicionada ao prévio e integral restabelecimento das reservas matemáticas, mediante estudo técnico atuarial - Ação extinta em relação à patrocinadora e procedente em face da entidade de previdência privada - Recursos desprovidos, com observação" (fl. 568, e-STJ).

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fl. 580, e-STJ).

No recurso especial, a recorrente aponta divergência jurisprudencial quanto à legitimidade passiva da correção CTEEP.

O recurso não merece prosperar.

Inicialmente registra-se a inviabilidade de conhecimento da insurgência com base na alínea "c" do permissivo constitucional, visto que a divergência jurisprudencial, nos moldes legais, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos julgados que configurem o dissídio, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, o que não ocorreu na espécie.

Ademais, não há a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido pelo aresto estadual, com a consequente demonstração da eventual ofensa à legislação infraconstitucional. Aplica-se assim, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284/STF a inviabilizar também o conhecimento do recurso pelo dissídio.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), os quais devem ser majorados em 10% (dez por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator